

Periodicidade: Diária

Temática: Política

Classe: Informação Geral

Dimensão: 517

Âmbito: Nacional

Imagem: S/Cor

Tiragem: 80000

Página (s): 22



Revisão Constitucional: PS quer limitar poderes do Ministério Público

Projecto de revisão pode acabar com os ministros da República para as regiões e dar mais poderes aos juizes

ANA SÁ LOPES

Mesmo contrariados, os socialistas não terão outro remédio senão entregar um projecto de revisão, nos 30 dias seguintes ao texto do PSD dar entrada no Parlamento, como diz a Constituição. Pedro Silva Pereira confirmou ontem a inevitabilidade. Por muito que afirme que "este é o pior dos momentos", o ministro-adjunto lá confirmou que "se o PSD tomar a iniciativa de apresentar formalmente na Assembleia da República, o que o PS decidiu foi que estaria preparado para essa eventualidade, que o PSD anunciou para Setembro".

O projecto do PS – ainda em fase de discussão interna – deverá prever a diminuição de poderes do Ministério Público na fase de inquérito. Ricardo Rodrigues, vice-presidente da bancada, afirma ao i que "a tutela do inquérito por parte do Ministério Público carece de alguns aperfeiçoamentos e a instrução, no actual regime, não tem servido os objectivos para que foi criada". "Eventualmente, o juiz de instrução deve ter mais poder", defende o dirigente. Ora, o aumento de poderes do juiz nesta fase implica automaticamente a diminuição dos poderes do Ministério Público.

A outra novidade que poderá sair do projecto de revisão do PS é a extinção do cargo do ministro da República. O PSD propõe só um ministro para os Açores e Madeira, mas o PS está a admitir mesmo acabar com o cargo – curiosamente, uma reivindicação de sempre de Alberto João Jardim, que neste momento está em pé de guerra contra o projecto de revisão do PSD também por causa desta questão.

O DN noticiava ontem que o PS iria aproveitar a revisão para "reabrir a guerra do Estatuto dos Açores". E, de facto, os socialistas tencionam incluir no seu projecto de revisão alguns dos pontos chumbados pelo Tribunal Constitucional durante o processo que levou ao primeiro grande conflito político entre Cavaco e Sócrates. Está em causa obrigar o Presidente a "ouvir os órgãos próprios da Região" em caso de dissolução de qualquer das duas assem-



A revisão pode reduzir os poderes do MP de Pinto Monteiro

bleias legislativas regionais.

Oswaldo de Castro, presidente da comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, afirma ao i que uma revisão constitucional só será possível "num ambiente que não seja crispado" e lembra que se o PSD entregar o seu projecto de revisão no dia da abertura dos trabalhos parlamentares, a 15 de Setembro, o prazo de arranque dos trabalhos de revisão cai em cima da apresentação do Orçamento do Estado. "Não estou a ver a revisão constitucional a ser levada muito a sério numa altura em que o Parlamento se vira para o Orçamento do Estado."

Ontem, Paulo Portas reagiu pela primeira vez à apresentação do projecto de revisão do PSD. O líder do CDS acusou o PSD de usar "a revisão constitucional para fingir que não tem um acordo com o governo na política económica, fiscal e social" e o PS a usar "para fingir que é o partido do Estado social". "Não queremos o socialismo na Constituição, pela simples circunstância de que há muitos portugueses que não são socialistas, mas também não queremos substituir o socialismo pelo liberalismo", disse Paulo Portas, em conferência de imprensa, na sede do CDS, em Lisboa, citado pela Lusa.

Citações

"Não queremos substituir o socialismo pelo liberalismo"

"O PSD usa a revisão para fingir que não tem um acordo com o governo na política económica, fiscal e social"

Paulo Portas
PRESIDENTE DO CDS-PP

"Este é o pior dos momentos (...) Se o PSD decidir apresentar o projecto, o PS estará preparado"

Pedro Silva Pereira
MINISTRO-ADJUNTO

"O PS já afirmou que, apesar de não pretender nem desejar a revisão constitucional, está disponível"

"As propostas legítimas apresentadas pelo PSD visam a construção de um estado sob o ponto de vista político mais exigente com a sua elite, que visa a salvação do estado social"

Marco António Costa
VICE-PRESIDENTE DO PSD